



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

BRASÍLIA: SEGREGAÇÕES ESPAÇO-RACIAIS E SUAS RELAÇÕES NO TERRITÓRIO

ANDRESSA MELO RODRIGUES¹

CARLOS HENRIQUE DE LIMA²

RAQUEL DE ARAÚJO FREIRE³

Resumo: Neste trabalho são discutidas os processos territoriais de Brasília e do seu planejamento diante de fatores raciais latentes no espaço urbano brasiliense (durante e após a construção da capital), relacionando a exemplos de outros territórios encontrado no Brasil e cidades no sul dos Estados Unidos, como Detroit, que foram construídas por diretrizes segregacionistas (legais e não-legais), resultando em condições prejudiciais a população negra residentes nos espaços urbanos. Resgatando estudos urbanos e sociológicos, são colocados em discussão as situações do espaço urbano que afetaram diretamente a população negra que habita as cidades atualmente, entre elas a ausência do debate sobre a relação entre raça e espaço urbano, que atualmente multiplica-se em estudos sobre o tema nos mais variados campos de estudo. Conclui-se que Brasília, como cidade resultante da ideia de “democracia racial”, entre outras políticas de esquecimento, segue com segregação, que se disfarça como socioespacial que, estruturante e enraizada na história do território, torna-se evidente diante de questões como as relações centro-periferia, marginalização periférica e condições da população negra no espaço urbano.

Palavra- chave: cidade, Brasília, racismo, segregação socioespacial.

Introdução

Quando pensamos os processos de segregação socioespacial nas metrópoles brasileiras, os aspectos materiais e distributivos dominam no debate. As questões relacionadas à raça permanecem latentes, apenas como reflexo da desigualdade, situação que reproduz o campo discursivo da democracia racial e da convivialidade entre grupos étnicos no país, o que bem pode ser confrontado de modo contundente por estatísticas ou pela experiência de grupos minoritários.

No Brasil, embora seja o racismo traço fundante e de maior relevo em nossa sociedade, a segregação racial é tema invariavelmente colocado em detrimento de

¹ Graduanda na Universidade de Brasília (Unb). Integrante do Coletivo de Negritude Calunga. madeiro.rodrigues15@gmail.com

² Prof. Dr. Adjunto na Universidade de Brasília (UnB). madeiro.rodrigues15@gmail.com

³ Graduanda na Universidade de Brasília (UnB). Integrante do Coletivo de Negritude Calunga. raquelaraujofreire@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

estudos urbanos, ficando o debate urbanístico acaba impregnado pelo discurso amplamente difundido da democracia racial. Em países como os Estados Unidos, em que o componente racial é aspecto consolidado em diversos debates, pensamento e prática urbanística se apresentam permeadas por este debate, o que, ao menos, põe em relevo questões que poderiam ser silenciadas. Em texto sobre habitação em Detroit, Widick (1972) circunscreveu o problema à estrutura montada com base no perfil racial dos requerentes a imóveis por meio de financiamento imobiliário. O problema da formação de guetos é apresentado em Wilson (1987) a partir da iniquidade racial, o que abriu portas para estudos que, ao longo da década seguinte, sistematizaram o conhecimento sobre segregação racial urbana nos EUA e seus efeitos estruturais, como a perpetuação da pobreza.

Neste trabalho, procuramos nos deter aos processos de formação urbana das cidades e assentamentos em torno do Plano Piloto de Brasília, colocando em relevo as questões raciais.

Desde a antiguidade, mecanismos variados para controle de ocupação urbana (Barone, 2018), mas este fenômeno se desencadeia na modernidade com consequências diversas. Apresentamos aqui breves reflexões elaboradas a respeito do tema, justapondo dados que demonstram no território os aspectos raciais da segregação. Propomos decifrar fundamentos das concepções regentes da prática urbanística em Brasília já na primeira década de sua inauguração, quando houve política de Estado dirigida à segregação humana no espaço sob os mais diversos argumentos. Com este breve trabalho, espera-se produzir uma reflexão centrada nas escalas de segregação produzidas em Brasília, não só nas formas de apartamento dos corpos, mas na escala em que tal fenômeno ocorreu e ocorre; suas gêneses e desdobramentos sensíveis.

Raça e espaço urbano: questões de análise



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Para uma aproximação preliminar do tema, propomos de antemão destacar as violências extremas que permeiam a urbanização no país. Para a população negra antes escravizada encontrar condições dignas de permanência nas cidades em formação era enorme desafio. A Lei de Terras de 1850 - promulgada duas semanas antes do decreto que proibia o tráfico de escravos para o Brasil - foi elemento decisivo para inviabilizar as chances das massa de trabalhadores livres estabelecerem propriedade, obstaculizando a posse fundiária para o desenvolvimento de uma infraestrutura laboral. Não só no que respeita à habitação, o lugar de negras e negros no espaço urbano foi também cerceado por práticas policiais racistas, que impediam usufruto da cidade e, com isso, subtraíam a potência do espaço público como lugar de encontro. Vestígios dessa condição coercitiva encontram-se hoje depositadas no Museu da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que guarda o maior acervo de objetos religiosos de matrizes africanas, resultado de ações como a Lei da Vadiagem, assinada na ditadura do Estado Novo, em 1941.

Essa condição particular do país debilitou a formação de comunidades negras, de classes médias urbanas capazes de formar laços associativos voltados para a produção. Ao mesmo tempo em que se adotavam medidas com propósito de imantar a população negra numa posição subalternizada, atraía-se a mão de obra europeia para os variados setores da atividade econômica. Mudanças demográficas de larga escala inflaram as periferias, forçaram populações pauperizadas a buscar regiões vulneráveis de conglomerados urbanos, onde o relevo, a poluição ou a distância tornam-se fatores a serem contornados pelo esforço daqueles que já tem que enfrentar a miséria.

Para Souza (2017) esta é condição determinante da formação social brasileira, superando decisivamente as heranças ibéricas. Seus efeitos se apresentam na estrutura social, impactando a condição política, cuja dominação, em sentido estrito, depende de fatores como: a) a inexistência de economia monetária desenvolvida; b) um direito informal e uma mistificação do poder político; c) inexistência de espaço público constituído. A isso, acrescentaríamos a própria vulnerabilidade no que se



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

refere à ocupação dos lugares urbanos, pouca possibilidade de pessoas fazerem usufruto dos lugares, ou mesmo terem o direito a tomar posse de parcelas do território, seja por lutas sociais ou via institucional.

Assim, a iniquidade urbana é condição que foi produzida no plano das leis e da produção urbana, com reflexos em práticas coletivas. Por outro lado, o conflito racial foi silenciado e diluído na miríade de iniquidades que atravessam o cotidiano das metrópoles, com reverberações no campo intelectual e discursivo. Partindo de Souza (2000) podemos identificar uma "modernização seletiva", resultado da industrialização brasileira que não logrou distribuir seus benefícios de forma minimamente equitativa. No esteira da escravidão, nossa modernização forjou uma classe trabalhadora capaz de disputar espaço no desenvolvimento, mas gerou também porção subalterna e estigmatizada, uma parcela da população percebida como não-participante da abolição. Com isso, forjou-se um comportamento que faz operar uma severa distinção entre sujeitos. Quer dizer: "as oposições deixam de localizar-se nos binômios senhor/escravo para assumirem formas impessoais como doutor/analfabeto, morador de bairros burgueses/morador de favelas etc." (SOUZA, 2000, p.260). É algo que independe de um vínculo de subordinação construído a partir de uma situação particular; tais relações passam a ser impessoais pois se referem a valores inscritos dentro da lógica de funcionamento das instituições fundamentais do mundo moderno. Em países onde a abolição precedeu a brasileira, os debates que a sucederam são mais vigorosos, com consequências para a formação urbana. É o caso dos Estados Unidos, em que contradições se multiplicam em variações de grau e intensidade nos Estados de costa a costa. Contrariando a abolição relativamente pioneira, leis segregacionistas se valeram de instrumentos reguladores diversos para afirmar seus efeitos no espaço urbano.

Na primeira década do século XX, a segregação racial urbana foi realizada por leis de ordenamento territorial, especialmente nas cidades do sul (Rice, 1968). Cidades como Chicago, Atlanta e St. Louis tiveram leis de zoneamento elaboradas em contraste com



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

os conflitos raciais emergentes naquelas cidades durante as primeiras décadas do século XX.

Analisando aspectos de raça e segregação em Detroit, Widick (1982) indica que o regime de opressão nas fábricas produziu um contexto de coesão forjada entre a classe trabalhadora. Também a ação de grupos supremacistas brancos como a Ku Klux Klan (KKK), produziu um cenário conflitivo extremo, transformando a cidade num ponto focal dos conflitos turbulentos dos anos 1930. Embora não tenha alcançado os espaços de representatividade política tal qual seus membros pretendiam, o discurso desta organização racista influiu a parcela de brancos a manter os negros nos seus devidos lugares (Widick, 1982, p.4). Esse discurso combinado com a situação de penúria vivida pela massa de ex-combatentes, formada por brancos e negros, da Segunda Guerra, num primeiro momento, e, posteriormente, do conflito na Coreia transformaram os espaços públicos num lugar de hostilidade e agressões (Ibid.). Não só nas ruas de Detroit se perpetrava a violência, ela se estendia material e simbolicamente para as associações de vizinhança, particularmente na porção leste da cidade, em que negros eram coagidos a não adquirirem imóveis. No âmbito legal, houve políticas de direcionamento de recursos de modo a dificultar ou mesmo impedir o acesso de negros a determinados propriedades no espaço urbano (Widick, op.cit.). Fatores raciais se agravam em momentos de crise econômica. Caso da quebra de bolsa de 1929, um cenário de escassez, infla-se os discursos que elegem inimigos a partir de diferenças étnicas ou materiais, elemento significativo para pensar as relações entre raças, culturas e metrópoles (Millington, 2011). Nas fissuras da crise, inverte-se aquilo que em essência define a metrópole: o lugar da experiência multiétnica forjada no século XIX. Entretanto, Millington (2011) ressalta o período histórico de emergência da metrópole se fez a partir do trânsito e do movimento, não numa chave positiva, mas pela necessidade de contínuo enfrentamento para acesso aos lugares.

Os "signos da rua", segundo Millington (2011, p.2), uma forma de compreender a metrópole como abstração, uma noção induzida a partir de polos urbanos que



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

disputam a prevalência cidades existentes, é desenvolvida examinando como "raça" e cultura estão entrelaçadas como *práxis* e processo no interior de políticas e culturas urbanas, e também entre cidades. Raça e cultura são parte integrante do desenvolvimento da cidade moderna e, também como a metrópole, este é ponto sensível para o processo de formação racial e da governança relacionada à diferença (Millington, 2011).

No país, Lira (2018) procura inscrever o ponto de vista urbanístico no bojo da discussão entre raça e cultura. Estes dois termos foram centrais para a autoconsciência do brasileiro a respeito do país e da explicação sobre seu passado, numa chave do que Souza (2017) veio a criticar sobre o pacto da intelectualidade em torno das interpretações raciais no país. Dentre as muitas virtudes do texto de Lira, ressaltamos a de posicionar os discursos sobre a urbanização em face ao que Boas chama "nacionalidade", tida como herança instintiva da tradições e costumes. A mestiçagem que se torna solução nacional, posto que focaliza a "cultura" e não a "raça", embaça as percepções a respeito da segregação.

Brasília, escalas da segregação

Os casos de segregações espaço raciais encontrados em território brasileiro são memórias do planejamento urbano, que, discutido atualmente sob novas perspectivas, traz o dever de ser discutido e criticado, exemplares de costuras urbanas e históricas a serem feitas.

Em Brasília, é operada uma nova escala de segregação conduzida pelo Estado. O higienismo presente na virada do século XIX é reposicionado para dar sentido a uma configuração urbana em que núcleos com relativa autonomia se desenvolvessem em torno de Brasília, guardada a distância com o cinturão verde que protege o desenho do Plano Piloto. Uma das grandes evidências de políticas urbanas não orientadas para a população que hoje se distribui pelo DF foi a Campanha de Erradicação de Invasões, iniciada em 1970, como política de remoção das favelas que existiam no



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

centro de Brasília (Plano Piloto) no período após a construção - a relação de migrantes com as perspectivas de uma nova vida diante de uma capital a ser erguida resultou num grande fluxo de massas que constituiriam a população atual de Brasília, grande parte oriunda da região Nordeste (CODEPLAN, 2015. p.23). Uma das primeiras regiões administrativas resultantes foi Ceilândia, conhecida como a cidade icônica desse processo. Criada em 1971 para erradicar áreas que o poder público considerava invadidas (CRONOLOGIA, 2018), Ceilândia compõe a maior concentração de habitantes negros, pretos e pardos, no DF (63,27%), em contraste com a população do Plano Piloto (67,71%), conforme os dados da Codeplan (CODEPLAN, 2015. p.46).

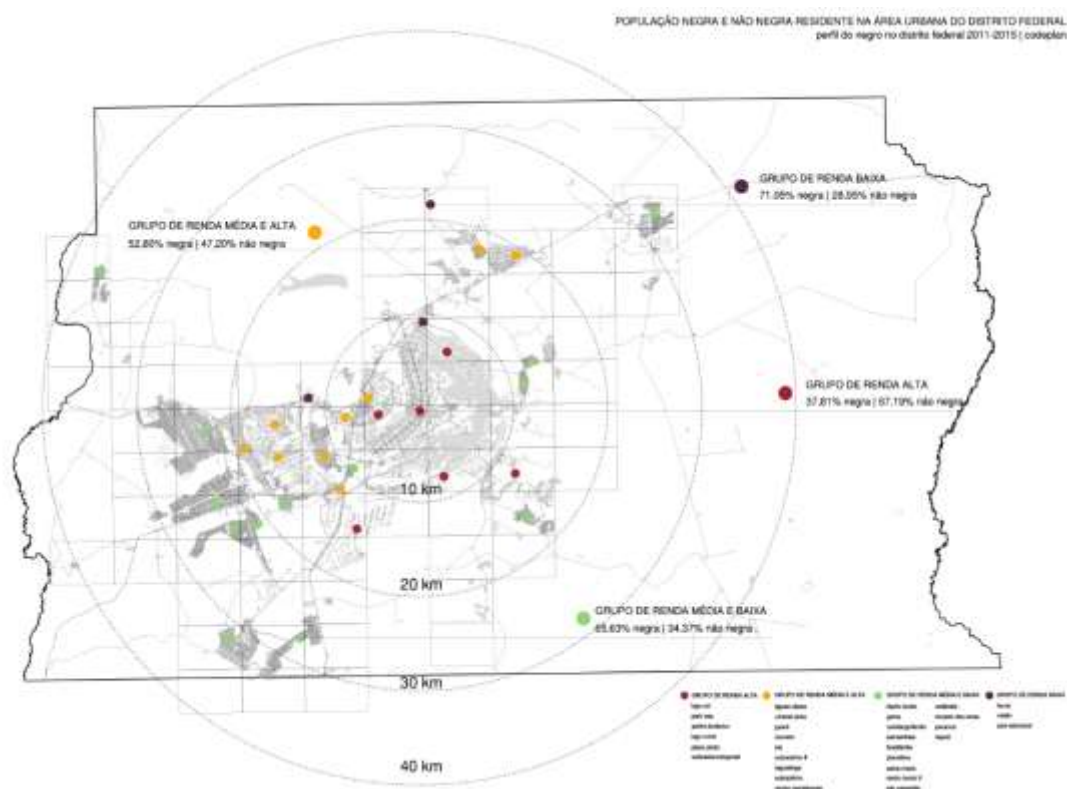


Figura 1 - População negra e não negra residente na área urbana do Distrito Federal. Produzida pelos autores do artigo. Base de dados retiradas de: Geoportal, 2017.

Conseqüentemente certas dinâmicas urbanas se consolidaram na capital pós construída, que ainda permanecem. A relação centro-periferia presente no DF formou os chamados “pêndulos urbanos”, ou seja, os deslocamentos urbanos econômicos que, para fomentar os serviços e atividades do centro, carece de uma demanda de mão-de-obra a ser encontradas na população de outras Regiões Administrativas



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

(como são nomeadas as cidades no DF), sendo uma pequena parcela da população a exercer suas funções em suas regiões originais. Essa demanda vetou o Estado nas mais variadas formas de potencializar, qualitativa e quantitativamente, os territórios que circundam o centro e compõem os anéis periféricos de Brasília, resultando nos fatores urbanos conhecidos pela população negra: sucateamento dos equipamentos públicos urbanos, ausência de espaços públicos livres, aumento de policiamento como vigilância e não segurança de seus habitantes.

Considerações finais

Perscrutar a segregação racial nas cidades brasileiras é ainda um desafio metodológico. Os aglomerados econômicos e sociais ainda respondem por uma iniquidade atrelada ao aspecto de classe, ficando as questões raciais dissipadas no campo analítico e discursivo. Propusemos nesta breve reflexão apontar possibilidades interpretativas por meio de elementos potencialmente capazes de contrastar com os enfoques correntes em que pouco se privilegia as questões de raça. A experiência de urbanização nos EUA do início do século se mostra importante, pois, como demonstram os estudos apresentados, pressupostos raciais estão nas origens históricas do zoneamento norte-americano. No país, a remoção de favelas como o do morro do Pinto, no Rio de Janeiro; ou a construção de assentamentos como Ceilândia são tomadas como laboratórios de práticas e estratégias que mesmo hoje persistem em centros urbanos de variados portes, empenho que toma corpo na forma de planos e projetos.

No nosso entendimento, o adensamento de zonas periféricas promovidas pelo Estado em Brasília é ponto crítico a respeito dessa influência de caráter classista, sem dúvida, mas também essencialmente racial. O espraiamento de núcleos urbanos de forma pouco adensada, amparado por sistemas de transporte sobre pneus que correm estradas em direção ao núcleo urbano, sem que houvesse desenvolvimento regional possibilitado por atividades econômicas e equipamentos urbanos. Não se tem no país a tradição de explicitar no debate público conflitos sociais envolvendo questões



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

raciais, posto que estamos hegemonicamente amparados na ideologia da "democracia racial". A partir da espacialização de dados aqui apresentada, pudemos verificar o peso da questão racial na formação de processos urbanos produzidos por leis, planos e propostas de zoneamento no Distrito Federal.

Referências

CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal). Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílios 2015 - Distrito Federal. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2015/>

Cronologia do Pensamento Urbanístico. Verbete "Fundação da cidade-satélite de Ceilândia". Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1600#prettyPhoto> Acesso em: 20 SET 2018.

Cronologia do Pensamento Urbanístico. Verbete "Criação da Campanha de Erradicação de Invasões". Disponível em <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1625#prettyPhoto> Acesso em: 20 SET 2018.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Harland Bartholomew e o zoneamento racialmente informado: o caso de Saint Louis. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais, São Paulo. v. 20. n.3. p.437-456. set-dez 2018.

FREIRE, Karen Pessoa. Sobre a história da Arquitetura em Diáspora - Eixo 1. In: V Enanparq. Anais. Salvador. 2018. Enanparq. pp.2135-2141. <https://www.enanparq2018.com/copia-resultados>

LIRA, José Tavares de Correia. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais, São Paulo. n.1 (1999). p. 47-78. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/26/14>

MILLINGTON, Garreth. "Race", Culture and the right to the city: Centres, Peripheries and Margins. Basingtoke and New York. Ed. Palgrave MacMillan, 2011. 249p.

NASCIMENTO, Débora Fernandes do; BARONE, Ana Cláudia Castilho. O prefeito Antônio Prado e a população negra da cidade de São Paulo (1899-1911) - Eixo 1. In: V Enanparq. Anais. Salvador. 2018. Enanparq. pp. 2118- 2134. Disponível em: <https://www.enanparq2018.com/copia-resultados>

RICE, Roger L. 1968. "Residential Segregation by Law, 1910-1917," Journal of Southern History, vol. 34, no. 2 (May), p. 179-99.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

SEGETH/GEOPORTAL. Base de dados evolução urbana. Brasília. 2017. Disponível em: < <https://www.geoportal.segeth.df.gov.br/mapa/#>>

SIQUEIRA, Renata Monteiro. Largo da Banana: a questão racial no urbanismo paulistano - Eixo 1. In: V Enanparq. Anais. Salvador. 2018. Enanparq. pp. 2096-2107. Disponível em: <<https://www.enanparq2018.com/copia-resultados>>

SOUZA, Jessé. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Revista de História da UFG. v.6 n. 2 (2000). p.227-235. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10577/7040>>

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2017. 140p. Disponível em: <<https://www.forumpopulardearuja.com.br/wp-content/uploads/2017/11/Jess%C3%A9-Souza-A-Elite-do-Atraso.pdf>>

WIDICK, B. J. Detroit: city of race and class violence. Chicago : Quadrangle Books, 1972. 251p.

WILSON, W. J. The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy. Chicago: University of Chicago Press. 1987.